

Ações de Acompanhamento dos alunos cotistas na Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Permanência no Ensino Superior

Andreliza Cristina de Souza*, Mary Ângela Teixeira Brandalise

* anddyliza@hotmail.com

Palavras Chave: *Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Cotas, Permanência.*

Introdução

Muito se tem discutido e estudado acerca das políticas públicas para o acesso no Ensino Superior na atualidade. Tais políticas, quando implementadas juntamente com ações afirmativas têm favorecido a elevação dos índices de ingresso de classes sociais historicamente desfavorecidas nas universidades públicas e privadas no Brasil. Remetendo a uma análise do contexto social de nosso país, pode-se afirmar que as ações afirmativas e as políticas públicas para o acesso ao Ensino Superior buscam beneficiar os alunos que provêm de camadas populares, com baixo poder aquisitivo, geralmente oriundos de escolas públicas, ou minorias étnicas, os quais geralmente têm necessidades específicas para sua integração e permanência nos espaços universitários.

A Política de Cotas para ingresso no Ensino Superior é uma das aplicações possíveis das ações afirmativas. No contexto brasileiro, muitas instituições do Ensino Superior vêm adotando-a, a fim de possibilitar o acesso e a permanência de estudantes pertencentes a uma parcela da população menos favorecida da sociedade. A eficácia das políticas implantadas requer avaliação e acompanhamento contínuo dos acadêmicos ingressantes que por elas foram beneficiados. Dentro dessa perspectiva, Zoninsein (2006)¹ atenta para a importância de existirem programas de avaliações das Ações Afirmativas dentro das Universidades para propiciar a permanência dos acadêmicos cotistas no Ensino Superior. Cabe, portanto, às instituições implantarem programas que desencadeiem tais processos avaliativos e de acompanhamento da vida acadêmica dos alunos no meio universitário a fim de garantir-lhes a permanência.

Materiais e Métodos

Santos (2006)², em seu trabalho, descreve brevemente ações para a permanência dos acadêmicos cotistas na Instituição de Ensino Superior, e é em torno desta problemática que esta pesquisa se insere, buscando identificar a eficácia das ações de avaliação e acompanhamento dos alunos ingressantes pela Política de Cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa – cota para alunos negros de escolas de escolas públicas e cota para alunos de escolas públicas –, e, ainda, como tais ações contribuem para a permanência dos beneficiados no Ensino Superior. Para tanto, se faz necessário avaliar as possíveis ações institucionais implantadas para o acompanhamento dos acadêmicos cotistas da UEPG e suas prováveis contribuições para a integração e permanência nos cursos de graduação escolhidos. A pesquisa de cunho qualitativo descritivo tem como procedimentos análise documental, observação e grupo focal, com acadêmicos negros de escolas públicas e acadêmicos oriundos de escola pública que ingressaram na Instituição através dessa Política.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento deste trabalho apresenta no presente texto as análises preliminares da pesquisa documental referente à Política de Cotas implantada na UEPG. Além da legislação referente à criação da Política de Cotas vigentes desde 2006, foi analisado o primeiro relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas da UEPG -2008.

O relatório apresenta as ações desenvolvidas pela Comissão relativa ao primeiro ano da Implantação da Política de Cotas na UEPG,

que foi em 2007. Nele estão contemplados os seguintes aspectos:

- Histórico da Comissão;
- Atividades da gestão 2007/08;
- Textos da Política de Cotas da UEPG e seus contextos;
- Estudo do desempenho dos candidatos nos Vestibulares por Cotas;
- Vivências dos acadêmicos cotistas;
- Desempenho dos matriculados ingressantes no Vestibular por cotas no ano de 2007;
- As representações dos alunos de escolas públicas de Ponta Grossa sobre o sistema de cotas da UEPG;
- Considerações finais;

Discutindo os dados obtidos até o momento, observa-se que a Universidade Estadual de Ponta Grossa ao mesmo tempo em que implantou a Política de Cotas também se preocupou em criar uma forma de acompanhamento dos acadêmicos na Instituição. À Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, criada pela Resolução CEPE n° 114, de 31 de outubro de 2006, instituída pela Resolução CEPE n° 163, de 09 de outubro de 2007 e designada pela Portaria R. n° 203 de 16 de julho de 2007, coube então desenvolver as ações voltadas ao acompanhamento dos alunos cotistas. Estas ações estão sintetizadas no relatório anual de 2008.

As principais atividades da gestão 2007/2008 foram: avaliar o desempenho dos candidatos nos Vestibulares 2006, ingressantes em 2007 pelo sistema de cotas; acompanhar a vivência dos acadêmicos nos seus cursos de graduação; levantar as representações dos alunos de escolas públicas de Ponta Grossa sobre o sistema de cotas da UEPG; avaliar o desempenho acadêmico dos cotistas ingressantes em 2007 e apontar sugestões para melhoria da política implantada.

A política de cotas para alunos de escola pública e para alunos negros candidatos ao vestibular da UEPG começou a ser discutida em 2005, quando algumas universidades federais e estaduais tomaram a iniciativa de implementar cotas, a partir da adesão do governo do Brasil aos objetivos da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, em 2001. A proposta tomou forma concreta com estudos desenvolvidos pela PROGRAD, que conduziu a um amplo debate na

comunidade interna e externa quanto à utilização de cotas para negros e alunos de escolas públicas. Desses debates e atividades resultou a aprovação da Política de Cotas para alunos de escola pública e para alunos negros através da Resolução Univ. 9 de 26 de Abril de 2006.

No primeiro vestibular de 2006 da UEPG, houve 7118 inscritos para 690 vagas, desses 7118, 2024 eram candidatos oriundos de escolas públicas e apenas 167 candidatos negros oriundos de escolas públicas; apenas 242 candidatos entraram pelo sistema de cotas, sendo 47 (6,8%) candidatos negros oriundos das escolas públicas e 195 (28,3%) candidatos oriundos das escolas públicas. Os dados analisados indicam uma conclusão preliminar: apesar do sistema de cotas da UEPG permitir uma participação maior no número total de candidatos dos candidatos cotistas, fica evidente que essa alternativa foi procurada por um número relativamente pequeno de egressos do ensino público ou negros.

A proposta de reserva de vagas no vestibular, embora não coloque em xeque a incompetência do Estado brasileiro em garantir vagas para todos os interessados no Ensino Superior, significa um questionamento importante quanto à capacidade do mesmo de selecionar os alunos de maneira democrática, e relativiza o mérito que ele é capaz de aferir.

Conclusões

Considerando que este é o primeiro documento analisado pode-se perceber que há uma preocupação da instituição com a avaliação da implementação da Política de Cotas. Observou-se que o fato de planejamento para a criação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa em criar ações de acompanhamento do desempenho dos acadêmicos ingressantes pelo referido sistema, tanto no vestibular quanto em sua trajetória na Instituição. Investigações posteriores poderão indicar qual a contribuição dessas ações para a permanência dos acadêmicos na Universidade, bem como indicar caminhos para adequação e melhoria das referidas ações.

Agradecimentos

Agradecemos a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas da UEPG pela disponibilização dos documentos e relatórios de seus arquivos de dados.

¹ ZONINSEIN, Jonas. Minorias étnicas e a economia Política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil? In: FERES, J; ZONINSEIN, J. (orgs) **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: UnB, 2006.

² SANTOS, Renato Emerson dos. Políticas de cotas raciais nas Universidades Brasileiras – o caso da UERJ. In: FERES, J; ZONINSEIN, J. (orgs) **Ação Afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: UnB, 2006.